

Termo de Referência 4/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2023	170533-ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SP	URSULA MOREIRA DE CARVALHO	21/07/2023 15:45 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda;		10831.720203/2023-91

1. Definição do objeto

(art. 6º, XXIII, "a" e "i", da Lei nº 14.133/2021)

1.1. Aquisição de solução de videoconferência para reuniões híbridas (reuniões simultaneamente presenciais e remotas) para salas que comportam de 14 a 20 pessoas, com suporte para o Microsoft Teams, abrangendo o seguinte conjunto de equipamentos:

- a) 1 (Uma) câmera de vídeo para captação de imagem;
- b) 1 (Um) microfone de mesa (equipamento para controlar a videoconferência, com recursos de viva-voz e alto-falante);
- c) 2 (Dois) microfones adicionais (microfones de expansão para ampliar o alcance da solução de videoconferência);
- d) 1 (Um) controle remoto;
- e) 1 (Um) hub central;
- f) 3 (Três) cabos para conexão entre o hub e demais dispositivos (câmera de vídeo, microfone de mesa, computador);
- g) 1 (Um) adaptador de alimentação com plugs regionais e cabo.

1.1.1. O modelo que serve como referência e atende a todos os requisitos da aquisição é o sistema de videoconferência GROUP da Logitech, acompanhado de 2 microfones de expansão, cujos respectivos códigos dos produtos (Part Number / Part #) são 960-001054 e 989-000171.

1.1.2. A aquisição não se restringe apenas ao sistema de videoconferência GROUP da Logitech. Outros sistemas de videoconferência cujos equipamentos apresentam características similares, equivalentes ou de melhor qualidade à marca de referência poderão ser adquiridos.

1.1.3. As especificações detalhadas de cada um dos equipamentos que integram a solução encontram-se relacionadas na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS QUE INTEGRAM A SOLUÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE

1	<p>A) CÂMERA DE VÍDEO PARA CAPTAÇÃO DE IMAGEM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Panorâmica suave motorizada, inclinação e zoom controlados de maneira remota ou diretamente na câmera. - Inclinação de 130°. - Zoom HD de pelo menos 10x, sem perdas. - Campo de visão de 90°. - Full HD 1080p 30fps. - H.264 UVC 1.5 com Codificação de Vídeo Escalonável (Scalable Video Coding - SVC). - Autofoco / Foco Automático, com 5 (cinco) predefinições de câmera. - LED para confirmar streaming de vídeo. <p>B) MICROFONE DE MESA (EQUIPAMENTO DE VIDEOCONFERÊNCIA COM VIVA-VOZ E ALTO-FALANTE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Performance Full Duplex (Obs: Função que permite o envio e o recebimento simultâneo de dados.). - Cancelamento de eco acústico. - Tecnologia de redução de ruído. - Áudio de banda ultra larga. - Compatível com tecnologia Bluetooth e NFC. - LCD para identificação de chamada, duração de chamada e outras respostas funcionais. - Luzes indicadoras (LEDs) para sinalizar streaming do viva-voz, mudo e modo de espera. - Controle de chamadas (iniciar / finalizar) e das funções volume e mudo. - Quatro microfones omnidirecionais embutidos, suportando um diâmetro de alcance de até 6 metros, com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> a) Resposta de frequência: 100Hz – 11KHz b) Sensibilidade: -28dB +/-3dB c) Distorção: <5% de 200 Hz - Alto-falante embutido com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> a) Resposta de frequência: 120Hz – 14KHz b) Sensibilidade: 83dB SPL +/-3dB em 1W/1M c) Distorção: <5% de 200Hz <p>C) 2 (DOIS) MICROFONES ADICIONAIS (MICROFONES DE EXPANSÃO)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Microfones de expansão do tipo mono, para banda larga. - Cancelamento de ruído. 		Unidade	4 (Quatro) soluções, abrangendo, cada uma, o conjunto de equipamentos discriminados nesta tabela.
---	--	--	---------	---

<p>- Luzes indicadoras (LED) para sinalizar se há transmissão de vídeo, se o microfone está mudo e se o microfone está conectado com o recurso de viva-voz do microfone de mesa (equipamento de videoconferência).</p> <p>- Conexão com o microfone de mesa (sistema de videoconferência) por Bluetooth.</p> <p>D) CONTROLE REMOTO</p> <p>- Alcance de 8m a 8,5m.</p> <p>E) HUB CENTRAL</p> <p>- Hub central montável para a ligação de todos os componentes da solução de videoconferência.</p> <p>F) CABOS</p> <p>- 2 (Dois) cabos Mini din6, para a conexão entre hub e câmera / hub e microfone de mesa, com comprimento de 4,80 a 5m (ou maior).</p> <p>- 1 (Um) cabo USB 2.0 para conexão com PC com comprimento de 2,80m a 3m (ou maior).</p> <p>G) ADAPTADOR DE ALIMENTAÇÃO AC</p> <p>- Bivolt (110/220V).</p> <p>- Comprimento de 2,80m a 3 metros (ou maior).</p>			
---	--	--	--

1.2. O objeto desta aquisição não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como comuns, uma vez que suas características e qualidades podem ser objetivamente definidas, por meio de especificações usuais de mercado.

2. Fundamentação da contratação

(art. 6º, inciso XXIII, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021)

2.1. A aquisição tem como fundamento atender às necessidades de comunicação em reuniões híbridas (reuniões simultaneamente presenciais e remotas, nas quais há várias pessoas presentes em uma mesma sala de reunião, enquanto outras participam de forma on-line) da Alfândega da RFB em São Paulo, da Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de Guarulhos e da Alfândega da RFB no Aeroporto Internacional de Viracopos.

2.2. Com a estruturação regional dos processos de trabalho no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, cada vez mais as equipes são integradas por servidores lotados em diferentes unidades administrativas.

2.3. As reuniões híbridas constituem uma maneira mais eficiente de alocação dos recursos humanos e financeiros, já que torna desnecessária os deslocamentos dos servidores para uma determinada unidade administrativa onde seria realizada uma reunião, reduzindo o dispêndio com diárias e o tempo gasto pelos servidores com viagens de deslocamento.

2.4. Entretanto, a eficiência dessas reuniões híbridas depende de aparato tecnológico adequado, já que deficiências na captação de som e imagem podem provocar distúrbios a ponto destes se tornarem o foco central de atenção de uma reunião híbrida, podendo até mesmo inviabilizá-la.

2.5. Além da crescente regionalização dos processos de trabalho da RFB, a instituição do programa de gestão no âmbito da RFB permite que membros de uma mesma equipe trabalhem em diferentes regimes de trabalho (presencial ou teletrabalho, em execução integral ou parcial), o que faz com que as reuniões híbridas possam ter participantes de diferentes locais, utilizando notebooks ou desktops, nos quais são utilizados o software da Microsoft Teams.

2.6. Diante disso, uma solução de videoconferência para salas de porte grande, com compatibilidade para o Teams, faz-se necessária.

2.7. O objeto desta compra está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

(art. 6º, inciso XXIII, alínea "c", e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo já se encontra pormenorizada no item 1 (Definição do objeto) deste Termo de Referência.

3.2. As soluções de videoconferência que possuam qualquer uma das características abaixo consideram-se inviáveis:

3.2.1. Não permitir a utilização do Microsoft Teams;

3.2.2. Não ter tecnologia plug-and-play;

3.2.3. Não ter cancelamento de eco acústico;

3.2.4. Não ter tecnologia de redução de ruído;

3.2.5. Não permitir a cobertura de áudio em sala com pelo menos 8,5 metros de comprimento;

3.2.6. Não permitir o controle da câmera de vídeo por controle remoto;

3.2.7. Não possuir controle para iniciar e finalizar a videoconferência;

3.2.8. Não possuir controle para aumentar / diminuir volume de som ou deixá-lo mudo.

3.2.9. A câmera de vídeo não possuir autofocus;

3.2.10. O campo de visão da câmera de vídeo ser inferior a 90º.

4. Requisitos da contratação

(art. 6º, XXIII, alínea "d", da Lei nº 14.133/21)

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

4.1. Na presente compra será admitida a indicação da seguinte marca e modelo, cujas características atendem às necessidades de comunicação por meio de solução de videoconferência, com suporte ao Teams, permitindo a realização de reuniões híbridas:

Sistema de videoconferência GROUP da Logitech, acompanhado de 2 microfones de expansão, cujos respectivos códigos dos produtos (Part Number / Part #) são 960-001054 e 989-000171.

4.2. Outros sistemas de videoconferência cujos equipamentos apresentam características similares, equivalentes ou de melhor qualidade à marca de referência poderão ser adquiridos.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), por se tratar de aquisição de reduzido valor econômico.

5. Modelo de execução do objeto

(arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da data da ordem de fornecimento, em remessa parcelada, conforme os endereços de entrega informados no subitem 5.3 abaixo.

5.1.1. Será emitida uma única ordem de fornecimento para entrega dos bens nos três endereços indicados neste Termo de Referência.

5.1.2. As respectivas notas fiscais ou instrumentos de cobrança equivalentes que acompanharão os bens deverão ser emitidos em nome da unidade gestora (UASG 170533): Alfândega da RFB em São Paulo, CNPJ nº 00.394.460/0527-02.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As seguintes unidades de soluções de videoconferência deverão ser entregues nos endereços abaixo discriminados:

Quantidade	Endereço de Entrega
2 (duas)	ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS RODOVIA SANTOS DUMONT (SP075), KM 66 - PARQUE VIRACOPOS CAMPINAS / SP CEP: 13052-900 PRÉDIO ADMINISTRATIVO - LADO RECEITA - SAPOL
1 (uma)	ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO RUA HENRIQUE SERTÓRIO, 63 - TATUAPÉ SÃO PAULO / SP CEP: 03066-065 SEGUNDO ANDAR - SEPOL
1 (uma)	ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS GPAT (GRUPO DE CONTROLE PATRIMONIAL E MATERIAL) RODOVIA HÉLIO SMIDT, S/N.º – SETOR 2 – TERMINAL DE CARGAS – EDIFÍCIO 2 GPAT – TÉRREO GUARULHOS / SP CEP: 07190-100 (ENTRADA PELA PORTARIA PRINCIPAL DO TECA (TERMINAL DE CARGAS) APÓS O ARMAZÉM DE EXPORTAÇÃO) OBS.: EM FRENTE AO ESTACIONAMENTO PRIVATIVO DA RECEITA FEDERAL.

Recebimento do Objeto

5.4. Cada um dos órgãos relacionados na tabela acima ficará responsável pelo procedimento de recebimento dos bens entregues em seu respectivo endereço.

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de entrega, juntamente com a nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação ao fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do bem e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.8. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

5.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.11. O prazo para a solução, pelo fornecedor, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da compra nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do fornecimento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.13. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

(art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

6.1. A compra de que trata este Termo de Referência deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as disposições previstas no Aviso de Contratação Direta, neste Termo de Referência e demais anexos e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante do fornecedor para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução da compra deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor(es) devidamente designado(s), ou pelos respectivos substitutos, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fornecedor será notificado para que efetue a correção, em prazo determinado.

6.6. Caso ocorra descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, o(s) servidor(es) designado(s) atuará(ão) tempestivamente na solução do problema, reportando à autoridade competente para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7. Critérios de medição e pagamento

(art. 6º, inciso XXIII, alínea "g", da Lei nº 14.133/2021)

Liquidação

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, inc. I e §§2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da Nota de Empenho e do órgão;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração;

7.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Prazo de pagamento

7.8. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco dias) úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do [art. 7º, inc. II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Reajuste do preço

7.9. O preço total ofertado é válido, fixo e irreajustável.

Forma de pagamento

7.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo fornecedor.

7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.13. O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

(art. 6º, inciso XXIII, alínea "h", da Lei nº 14.133/2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

Exigências de habilitação

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 57.208,32

9.1. O custo estimado da contratação será obtido por meio de pesquisa de preços realizada juntamente com a seleção da proposta mais vantajosa, conforme art. 7º, §§ 4º e 5º da IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e corresponderá ao menor valor total ofertado em proposta válida apresentada por fornecedor habilitado.

9.2. Por se tratar de dispensa de licitação fundada no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, é vedada a contratação que envolva valor igual ou superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), valor estabelecido pelo Decreto Federal nº 11.317/2022, que atualiza o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) previsto no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, para o exercício financeiro de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A despesa da presente contratação será suportada pela Unidade Orçamentária 25103 - Gestão 00001 - Tesouro Nacional, Natureza da Despesa 449052 - Equipamentos e Material Permanente, ficando a emissão de empenho e posterior pagamento às expensas da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO VESULE FERNANDES

Chefe da SAPOL/ALF/VCP



Assinou eletronicamente em 21/07/2023 às 15:45:39.